

ACIDENTES GEOGRÁFICOS OU FORMAS DO RELEVO? CONCEITOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

GEOGRAPHICAL ACCIDENTS OR FORMS OF RELIEF? CONCEPTS FOR GEOGRAPHY TEACHING

Leomar Tiradentes¹

RESUMO: É clássica a confusão que a maioria das pessoas fazem em relação às formas do relevo brasileiro. Em nossa prática docente percebo que os alunos do ensino médio desconhecem as principais formas que o relevo apresenta. Tentando preencher essa lacuna existente no ensino da Geografia a presente pesquisa tem por finalidade, elaborar um breve vocabulário geográfico que auxilie não apenas os professores da disciplina, mas também, esses alunos, possibilitando uma melhor convivência com esses conceitos. O objetivo é identificar e analisar os principais conceitos que envolvem as formas dos acidentes geográficos no relevo brasileiro, auxiliando na aprendizagem dos alunos, se caracterizando como uma revisão bibliográfica, pautado em conceitos já existentes e que possam facilitar didaticamente a aprendizagem da Geografia. O trabalho apresenta um conjunto de significados geográficos denominados de acidentes geográficos que procuram esclarecer a sua importância e necessidade de conhecer melhor o lugar e o espaço em que se vive.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino de geografia. Formas de relevo. Paisagem.

ABSTRACT: The confusion that most people make regarding the forms of Brazilian relief is classic. Most high school students are unaware of the main forms that relief presents. Trying to fill this gap in the teaching of Geography, the present research aims to develop a brief geographical vocabulary that helps not only the teachers of the discipline, but also these students, enabling a better coexistence with these concepts. The objective is to identify and analyze the main concepts that involve the forms of geographic accidents in the Brazilian relief, assisting in the learning of students, being characterized as a bibliographic review, based on already existing concepts and that may facilitate didactic learning of Geography. The work presents a set of geographical meanings called geographic accidents that seek to clarify their importance and the need to better understand the place and space in which they live.

KEYWORDS: Geography teaching. Relief forms. Physical geography. Landscape.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia tem passado nas últimas décadas por profundas e significativas mudanças que fizeram com que a ciência geográfica buscasse uma nova realidade para se consolidar como uma ciência, envolvida, ao mesmo tempo, com a sociedade, mas sem esquecer o seu foco ambiental.

Ainda existem alguns profissionais que discutem a divergência entre geografia física “natural” ou humana, características de uma Geografia do passado, entretanto,

¹ Professor Doutor do Colégio de Aplicação (CAp-COLUNI) da Universidade Federal de Viçosa. ORCID ID: 0000-0002-7258-7926. E-mail: leotiradentes@ufv.br.

todas as percepções nos arremetem a uma Geografia que se interagem e se mantém graças à sua capacidade de se reinventar.

Ao adotar a terminologia “acidentes geográficos”, apontado como em desuso nas discussões geográficas tem-se como intenção demonstrar que se trata de uma nomenclatura muito difundida e que, nos dias atuais, denomina-se “formas do relevo”.

Não é intenção nesse artigo criar um vocabulário de Geografia Física, mas sim, explicar e conceituar de forma clara para o público do ensino médio o que são esses acidentes geográficos, caracterizando seus conceitos ou definições. Com isso, acredita-se que haverá uma maior facilidade no processo de ensino-aprendizagem de Geografia.

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os principais conceitos que envolvem as estruturas dos acidentes geográficos do relevo brasileiro, auxiliando na aprendizagem dos alunos em relação à ciência geográfica.

Metodologicamente o artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, pautado em conceitos existentes na literatura corrente. Num primeiro momento, foram selecionados sete dicionários específicos das áreas de Geografia e Geologia, visando uma melhor amplitude conceitual de cada forma do relevo. Este pequeno número de obras está relacionado à escassez de títulos desse gênero existentes no mercado brasileiro. Num segundo momento, a pesquisa apresenta uma análise de quinze obras didáticas de diferentes autores e editoras, vinculados ou não ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no período de 2015 a 2018, com o intuito de identificar se os conceitos de acidentes geográficos estão presentes nessas obras. A escolha desse universo amostral está diretamente relacionada à proporcionalidade das obras disponibilizadas ao autor para a realização da pesquisa em função do fechamento dos estabelecimentos de ensino durante a primeira fase da pandemia em 2020, período de elaboração do presente artigo.

O ensino de Geografia, principalmente no conteúdo que alguns autores denominam de Geografia Física (Colangelo, 2004; Petersen *et al.*, 2014; Vitte & Guerra, 2014; Moreira & Sene, 2017), apresenta-se para os alunos do ensino médio como um conjunto de nomes e situações a serem memorizados (Pessoa, 2007; Zanatta, 2010), principalmente para o momento das suas avaliações de aprendizagem. Poucos têm a percepção de que esses acidentes geográficos podem estar presentes no seu dia a dia, e é essa situação de memorização de conteúdos que deve ser combatida em sala de aula.

Na prática docente do autor, tem-se tentado – assim como milhares de professores da área de geografia espalhados por este país – demonstrar o real significado desse conjunto de formas tão diversas que compõem o modelado terrestre desde a sua origem até a paisagem que o envolve.

No ensino médio brasileiro, toda essa temática é disponibilizada de forma muito superficial e em algumas poucas aulas no bimestre, normalmente administradas no primeiro ano, ou sendo revistas pelos alunos apenas no final desse ciclo educacional, quando de seus preparatórios para os exames de ingresso nas universidades.

O interesse em tratar esse tema surgiu como uma necessidade de completar as aulas de Geografia que são administradas no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp-COLUNI - UFV) e também porque se percebeu que esses alunos, em sua maioria são moradores da região da Zona da Mata mineira, uma área com predomínio de planaltos com altimetrias significativas no país, que não compreendem as diferenciações entre as elevações topográficas numa região que historicamente é influenciada pela sua topografia. Como argumenta Torres (2011, p.

66), “o que realmente constituía as Minas Gerais no século XVIII era um conjunto de vales sombrios rodeados por altas montanhas”.

Nesse sentido, mesmo a convivência por parte dos alunos em seus municípios onde ocorrem esses acidentes geográficos e que muitas vezes nomeiam esses lugares, ou que em alguns casos, possibilitam atividades econômicas, turísticas ou ambientais, não os levam a refletir a real importância de se conhecer e definir esses acidentes geográficos.

Trabalhar a questão das formas e feições do relevo configura-se como um desafio a ser enfrentado e trabalhado pelos professores e constitui-se no próprio envolvimento que cada um se disponibiliza fazer. É fato que não se pode deixar de analisá-los como uma forma importante da paisagem local ou nacional e, como tal, devem ser trabalhados em sala de aula.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS: AS BASES

A primeira pergunta que se faz é: por que as formas do relevo são chamadas de acidentes geográficos? Pode-se asseverar que os acidentes geográficos representam as variadas formas do relevo existentes na superfície do planeta e que foram sendo construídas ou erodidas ao longo do tempo geológico.

Guerra (1987, p. 3) reconhece que um acidente geográfico é o mesmo que acidente de relevo, caracterizando-o como uma “denominação usada para qualquer forma de relevo que ofereça contrastes com outras que lhe estão próximas”. No entanto, salienta que essas formas topográficas tratam de expressões de valor descritivo e são mais usadas pelos geógrafos do que pelos geólogos.

De acordo com Pena (2020, s. p.), “um acidente geográfico é um termo genérico utilizado para se referir a qualquer alteração ou transformação que ocorre sobre a superfície terrestre”, ou seja, trata-se de uma denominação popular bastante usual. Medeiros (1973), trata essa definição como

“Toda a forma de relevo que apresente desigualdades ou contrastes com as que lhe estão próximas. São usadas as expressões ‘região acidentada’, ‘relevo acidentado’, ou ‘terreno acidentado’ etc. para as paisagens que apresentem fortes e constantes desnivelamentos” (MEDEIROS, 1973, p.2).

Pettersen, Sack e Gabler (2014, p. 264), justificam que “a topografia da superfície do nosso planeta, a distribuição dos altos e baixos da paisagem, é intrigante e complexa”, afirmando que podem ser chamados de formas do relevo, e que são “os elementos mais atraentes e impressionantes da superfície terrestre”, além do fato de que “contribuem para a beleza e a diversidade dos ambientes da terra”, argumentando ainda que “sem as variações do relevo, nosso planeta seria uma esfera lisa, inexpressiva e certamente muito menos interessante”.

Os acidentes geográficos podem ser compreendidos de duas formas: os naturais, presentes na natureza, e os artificiais, que são aqueles construídos pelo ser humano, como, por exemplo, os açudes, que transformam a paisagem do nordeste brasileiro. Para fins de estudo, esta pesquisa optou por priorizar a primeira forma por entender que são esses elementos naturais que povoam mais significativamente as questões ligadas às formas do relevo das diferentes paisagens geomorfológicas constantes nos livros didáticos.

Um acidente geográfico é uma marca da paisagem que representa características de um passado geológico que se transforma continuamente devido as ações dos agentes externos e internos, trazendo para si uma caracterização cultural representativa de uma sociedade que pode transformá-lo em um sinônimo de lugar ou de pertencimento.

Ao referir-se a acidente geográfico, fica a primeira impressão de que o termo trata de algo ruim ou maléfico, no entanto, o termo deve ser pensado basicamente como um elemento natural que passou por uma transformação em sua estrutura geológica, onde os elementos internos ou externos atuaram ou atuam, resultando num novo aspecto geográfico da paisagem, diferenciando-a das demais à sua volta (Guerra, 1987) e que, em algumas situações, são utilizados como limites ou fronteiras naturais de um território.

Os acidentes geográficos não devem ser vistos como deformações ou situações negativas do relevo, mas sim como uma diferenciação do local em relação ao que o margeia, sendo fruto dos processos geológicos, de constituição das rochas, de desgastes erosivos ou de sedimentação, em resumo, pode-se afirmar que os acidentes geográficos são denominados formas do relevo, resultantes de um conjunto de fatores internos e externos que se interagem.

Como argumenta Azevedo (1957, p. 246) em seu clássico livro Geografia Física, “a simples observação da paisagem terrestre serve para nos mostrar como podem ser variados os aspectos da superfície do nosso planeta”.

Nesse sentido, observar a paisagem é um fenômeno comum ao ser humano, que, na maioria das vezes, cria em torno dos acidentes geográficos uma toponímia muito corriqueira onde esses acidentes existem, como, por exemplo, Morro Alto, Arroio Grande, Pico do Boné, Ilha Comprida, entre outros. O autor ainda justifica que “o estudo do relevo constitui um dos mais importantes assuntos da Geografia Física e faz objeto de um verdadeiro ramo da ciência, cujo desenvolvimento data de época recente: a Geomorfologia” (AZEVEDO, 1957, p. 246).

As formas do relevo terrestre apresentam uma variedade significativa, com diferenças e contrastes de acordo com o arcabouço onde elas se originam ou mesmo onde ocorrem, seja nos planaltos, nas depressões ou nas planícies. É importante frisar que esses acidentes geográficos, antes de tudo, constituem parte da litosfera, e que representam deformações dessa mesma litosfera e são constituídos por diferentes tipos de rochas derivadas de seus processos geológicos e presentes nas grandes estruturas geológicas dos continentes.

Essas grandes estruturas – crátons ou escudo cristalino, dobramentos modernos ou faixas móveis e bacias sedimentares – constituem a base onde os acidentes geográficos estão presentes e são eles que sofreram as ações internas ou externas que propiciaram o aparecimento desses elementos paisagísticos da natureza.

Nessa mesma linha de raciocínio, não se pode esquecer que os acidentes geográficos são formados por rochas, que podem ser definidas segundo Menezes (2013) como

“Um mineral ou da associação de dois ou mais minerais que mantêm certa uniformidade de composição e de características na crosta terrestre. Portanto, a associação de dois ou mais minerais formam uma rocha” (MENEZES, 2013, p. 11).

Em consonância, Guerra (1987), define rocha como o conjunto de minerais, ou apenas um mineral consolidado, enquanto Leinz (1985) a avalia com um agregado

natural, formado por um ou mais minerais, que constitui parte essencial da crosta terrestre. Já Torres, Marques Neto e Medeiros (2012) consideram que as rochas da crosta terrestre são aglomerados de composições minerais particulares.

As rochas são, portanto, um mineral ou agregado de minerais que se consolidam e formam a base estrutural do relevo da litosfera. Como afirma Penteado (1988), as rochas influem na forma, no tamanho e na evolução do relevo e conseqüentemente, as formas do relevo, refletem a forma e a constituição das massas rochosas originais.

As rochas por sua vez têm a sua classificação baseadas nas suas origens, podendo ser: ígneas (cristalina, magmática), metamórfica e sedimentar, é essa classificação que é amplamente utilizada por especialistas e também pela maioria dos professores em sala de aula.

Segundo Torres, Marques Neto e Medeiros (2012), após analisarem a constituição litológica da crosta terrestre, admitem que

“As rochas ígneas (magnéticas e metamórficas) constituem 95% do volume total da crosta e 25% das rochas de sua superfície; enquanto as rochas sedimentares representariam somente 5% do volume das rochas da crosta e cobrem 95% de sua superfície. As rochas sedimentares representam, então, uma delgada película superficial da crosta, em que atuam com maior intensidade os processos geológicos externos” (TORRES, MARQUES NETO & MEDEIROS, 2012, p. 27)

Os dados estatísticos apontados pelos autores mostram que existe um predomínio quanto às origens das rochas sobre o seu volume na superfície do planeta, mas que, no entanto, as rochas sedimentares estão mais presentes para a sociedade, apesar de ter uma menor quantidade, uma vez que, analisando o ciclo das rochas, pode-se afirmar que estas se formam pelos processos erosivos atuantes nas outras rochas.

Buscando compreender esses acidentes geográficos, pode-se asseverar que eles são resultantes da ação direta dos agentes do relevo – internos e externos – e que estão num contínuo processo de alterações.

Entende-se por relevo as diversas formas que a superfície terrestre apresenta (Moraes, 2011), tanto na superfície dos continentes, como as localizadas nos fundos dos oceanos e mares.

Silva e Furquim Junior (2016) justificam que

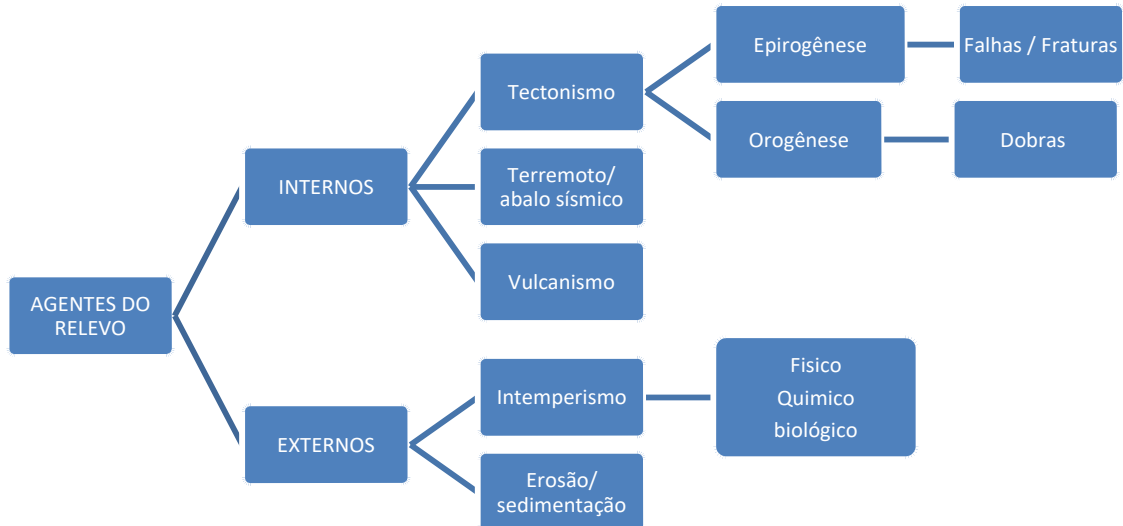
“O relevo terrestre é produto de duas forças, as forças endógenas (os agentes internos) e as forças exógenas (os agentes externos) que interagem constantemente. A topografia terrestre não é uniforme, mas extremamente variável e com saliências. A diversidade altimétrica do planeta deve-se à ação simultânea dessas duas forças. A primeira acentua o relevo, a segunda o atenua” (SILVA & FURQUIM JUNIOR, 2016, p. 115).

São exatamente essas forças criadoras e ao mesmo tempo transformadoras que ao se interagirem dão forma ao modelado terrestre. Como confirmam Torres, Marques Neto e Medeiros (2012, p. 40), um corpo rígido rochoso, uma vez submetido à ação de esforços, qualquer que seja a causa, pode sofrer modificações em relação a sua posição, por translação e (ou) rotação, ou em relação a sua forma, por dilatação e (ou) distorção.

Os acidentes geográficos são, portanto, esse corpo rígido rochoso, que sofrem ações de forças internas e externas, sendo essas forças denominadas de agentes do relevo (Figura 1). As forças atuantes internas podem ser definidas em três tipos: o

tectonismo, que por sua vez subdivide-se em epirogênese e orogênese e resultam nas falhas, nas fraturas e nos dobramentos das rochas; os abalos sísmicos, também denominados de terremotos, e o vulcanismo, associado às atividades vulcânicas. Já as forças externas caracterizam-se principalmente pela ação do intemperismo, que pode ser físico, químico ou biológico, e que agem de forma combinada sobre o relevo, e também a ação da erosão e (ou) sedimentação.

Figura 1: Agentes atuantes no relevo



Fonte: Elaborado pelo autor. Abril, 2020.

Como pode ser observado, são essas forças internas e externas que caracterizam a base dos acidentes geográficos e que vão propiciar a aparência estrutural do modelado terrestre e suas configurações. Esse processo ocorre porque há uma interação significativa entre as forças atuantes dentro de um processo geológico contínuo.

Compreendendo esse processo, Machado e Sigolo (2019) justificam que

“As estruturas tectônicas são aquelas produzidas pela deformação tectônica das rochas e de outros materiais geológicos, como sedimentos não consolidados, solos e o próprio relevo. A deformação tectônica é oriunda das forças do interior da terra, ou seja, está relacionada ao movimento das placas” (MACHADO & SIGOLO, 2019, p. 121).

Por fim, pode se afirmar que são essas forças do interior do planeta é que acabam por resultar nas formas do relevo ou dos próprios acidentes geográficos e serão constantemente erodidos pelas forças externas, como pode ser observado em Torres, Marques Neto e Menezes (2012, p. 100), “uma rocha se decompõe pela ação combinada de agentes físicos, químicos e biológicos, e os detritos migram sob a ação conjunta de processos diversos”. Em síntese, são essas formas de relevo que estão presentes aos nossos olhos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS: AS FORMAS

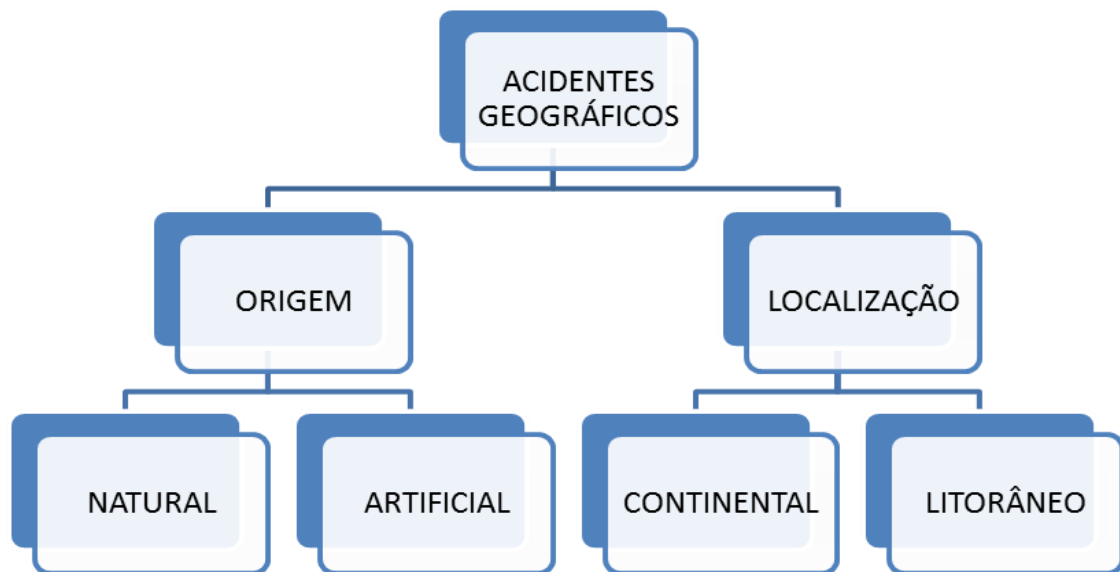
O ponto central desse artigo é, portanto, identificar e conceituar os principais acidentes geográficos que compreendem o relevo brasileiro, com destaque para alguns elementos que se apresentam nos livros didáticos do ensino médio.

Em termos gerais, os acidentes geográficos podem ser classificados de duas maneiras (Figura 2): uma com relação à sua origem, assim identificados como naturais ou artificiais, quando resultado de uma ação antrópica, e a outra forma, em relação a sua localização, podendo ser continental (localizado no interior do continente) ou litorâneo quando em contato direto com o oceano (morfologia litorânea).

Dentre as mais variadas formas do relevo, optou-se por apresentar aquelas que são abordadas numa perspectiva educacional relacionadas aos conteúdos da geologia-geomorfologia que nos livros didáticos tendem a serem expostas no tópico estruturas e formas do relevo.

Buscou-se entender como são abordados os acidentes geográficos em um conjunto de quinze obras escolares de diferentes autores. A meta era identificar exclusivamente se o termo “acidentes geográficos” estavam ou não presentes nessas obras.

Figura 2: Classificação dos acidentes geográficos.



Fonte: Elaborado pelo autor. Janeiro, 2021

Inicialmente, foi analisado se as obras constavam do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ou eram obras livres. As obras que foram selecionadas totalizaram 15 livros, sendo seis obras livres pertencentes ao autor e nove que integraram o PNLD de 2015 a 2018, de um total de 12 livros disponibilizados pelo Cap-COLUNI, caracterizando a representatividade do universo analisado.

Constatou-se que todas as obras do PNLD são coleções compostas por três volumes e que o conteúdo abordado nessa pesquisa está centrado no primeiro volume e apenas um livro abordou o tema no segundo volume. As obras livres eram de volume único. Pode-se afirmar que a restrição dessa temática no primeiro volume representa

uma opção de conteúdos para uma única série, o que dificulta uma possível consulta por partes dos alunos dos anos posteriores.

A segunda análise abordada visou identificar qual era o conteúdo adequado para tratar essa temática nos livros didáticos, pois acredita-se que o melhor local para inserir o tema “acidentes geográficos” deva ser o conteúdo ou capítulo que trate das formas do relevo.

Todos os livros abordados o fazem nessa perspectiva, porém, os livros didáticos do PNLD apresentam nomes diversificados para esse tema, tais como: a) estruturas e formas do relevo, (2 livros); b) relevo, minérios e solos, (4 livros); c) a dinâmica da terra (1 livro); d) a composição da crosta terrestre, (1 livro); e, e) o relevo, solos e hidrografia (1 livro).

Nos livros livres ou de volume único, os temas são mais indiretos ou amplos, e estão inseridos em tópicos: a) paisagens naturais: relevo e hidrografia, b) as fisionomias da superfície terrestre; c) geomorfologia: as estruturas do relevo; d) as dinâmicas naturais; e) o planeta terra: formas do relevo; f) as formas da superfície terrestre; todos com um livro cada. Isso permite afirmar que, quando se aborda o tema por capítulo, o mesmo pode ser mais trabalhado ou aprofundado, enquanto ao ser introduzido como apenas uma parte de uma temática mais ampla pode induzir à superficialidade do assunto, seja pelo custo operacional das obras, seja pelo interesse na temática abordada.

Analisou-se também se os livros possuíam um vocabulário ou glossário que pudessem servir como parâmetro conceitual para os vários tipos de acidentes geográficos. Nesse tema, em relação aos livros do PNLD, cinco não possuem, dois possuem ao final do livro; e dois possuem distendido ao longo do capítulo. E, em relação aos livros livres, três não possuíam; um apresentou um glossário ao final de todos os conteúdos e dois livros, apresentaram alguns conceitos ao longo do capítulo, de forma indireta quando os autores trabalham as temáticas: estruturas e formas do relevo terrestre.

Buscou-se também identificar se a terminologia “acidentes geográficos” estava presente nessas obras como conteúdos ou capítulos à parte e de que maneira eram abordadas. Identificou-se que o termo “acidentes geográficos” não constituem um conteúdo específico dos livros de Geografia, ou mesmo são citados.

A maioria dos livros didáticos analisados, 15 no total, apenas um autor abordou diretamente os acidentes geográficos no capítulo denominado de “estruturas e formas do relevo”, no entanto, foi identificado formalmente com o nome de “outras formas do relevo”. Os demais autores não abordam o termo acidentes geográficos nem como um conteúdo dentro do tópico “estrutura do relevo” acima citado, ou mesmo como forma de glossário ou vocabulário.

Na atual realidade brasileira, as modificações que o ensino médio e suas diretrizes vêm enfrentando, procuram criar uma nova visão para a Geografia e para as demais ciências humanas de forma que se solidifiquem. Nesse processo a consolidação desse novo formato de se ver o ensino e a efetivação da Base Nacional Curricular Comum – Ensino Médio (BNCC-EM) representa uma nova possibilidade para melhor se compreender esses fenômenos da natureza. Ao tratar indiretamente do assunto, o próprio Ministério da Educação (MEC) aponta que:

“A forma como diferentes sociedades estruturam e organizam o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas permite, por exemplo, reconhecer os diversos modos como essas sociedades estabelecem suas

relações com a natureza, incluindo-se os problemas ambientais resultantes dessas interferências” (BRASIL-MEC, 2017, p. 553).

Ao estabelecer essas relações com a natureza, permite-se aos alunos uma oportunidade de compreender todo um conjunto de fenômenos da natureza que estão repletos de significados, muitas vezes para os próprios alunos, possibilitando aos mesmos diferenciar como ocorrem suas formações e transformações.

Essas concepções e transformações do relevo terrestre são o resultado da interação de processos endógenos e exógenos, como afirma Penteadó (1983), e servem de base para justificar nossa opção por apresentar os acidentes geográficos descritos a seguir.

Os conceitos aqui apresentados foram elaborados de forma a serem o mais direto possível, facilitando uma rápida compreensão conceitual que favorecesse o nível de aprendizado dos alunos do ensino médio, portanto, essas conceituações podem parecer um pouco simplistas, mas é a finalidade deste artigo atender a esta demanda pontual.

Deliberou-se por dar destaque às variadas formas de relevo que se apresentam na paisagem brasileira, entretanto, alguns conceitos aqui apresentados por Aragão (2008), Batouxas (1998), Christopherson (2017), Editora Globo (1972), Giovannetti e Lacerda (1996), Guerra (1987), Medeiros (1973), Popp (2013) e Teixeira (2009), ao longo de suas obras, são trabalhados em diversos tópicos ou conteúdos, como por exemplo, hidrografia, estrutura do planeta, relevo litorâneo, e outros e que não constituem um acidente geográfico propriamente dito, mas são apresentados em sala de aula ou fazem parte da realidade dos alunos, por isso, optou-se por apresentar esses conceitos relacionados ao relevo natural e ao relevo litorâneo e também os que ocorrem influenciados pelos cursos d'água. Vamos a eles:

AÇUDE – construção humana, que represam artificialmente as águas de um rio e que posteriormente serão utilizadas como recurso hídrico para o abastecimento ou irrigação agrícola.

ANGRA – pequena baía ou enseada junto a uma costa elevada. Normalmente é menor do que a enseada.

ARROIO – rio ou córrego de pequeno porte e extensão existentes no Sul no país, podendo ser denominado de regato ou ribeiro. Na região norte corresponde aos igarapés.

BAÍA – reentrância da costa litorânea de forma arredondada, com tamanho menor do que um golfo.

BRAÇO – trata-se da parte estreita de um rio ou mar que adentra pelo continente. É também denominado de esteiro.

BANHADO – nome dado às áreas baixas, inundada por um rio em região de planície.

BREJO – terreno plano associado a uma área inundada por um rio.

BARRA – acúmulo de sedimentos fluviais ou marinhos na foz de um rio ao desaguar no mar. Também se designa como uma entrada estreita de um porto.

CABECEIRA – local de afloramento de um curso fluvial. É denominado de nascente.

CACHOEIRA – desnível longitudinal do terreno ao longo do curso de um rio resultando em quedas d'água. Sua origem está relacionada a falhas, dobras e erosão diferencial.

CAMBIROTO – Termo acreano que designa pequenas colinas.

CANAL – passagem d'água natural ou artificial que ligam partes de um rio, lagos ou de mares.

CATARATA – quedas d'água de grande proporção e volume em um rio, ocasionada pela erosão diferencial, podendo surgir em uma escarpa de falha ou vale suspenso. Normalmente se precipitam de grandes alturas.

CASCATA – salto ou cachoeira com sucessivas quedas d'água geralmente de pequeno porte ao longo de um curso d'água.

CERRO – denominação dada a elevações pequenas ou colinas com altitude inferior a 50 m, de forma tabular e escarpada, muito comum no sul do Brasil.

CHAPADA – relevo com grandes superfícies planas e elevadas (superior a 600m), comuns às áreas de planaltos sedimentares que ocorrem principalmente no Centro-oeste e Nordeste do país.

CHAPADÃO – sucessão de chapadas. Termo comum aos estados de Goiás e Mato Grosso.

COLINA – pequena elevação do relevo, com cumes geralmente arredondados e vertentes suaves. O mesmo que outeiro.

CORDILHEIRA – tipo de relevo montanhoso de ampla extensão, formando grandes cadeias de montanhas de elevadas altitudes, produzidas pelo orogenismo e resultantes dos dobramentos modernos datados da era cenozoica, período terciário.

CORREDEIRA – comuns em áreas planálticas, são qualquer trecho de um curso d'água que tem acelerado sua velocidade, devido à presença de um elemento natural ou artificial em seu leito, podendo resultar numa cascata ou cachoeira.

CÓRREGO – curso d'água de menor porte e tributário de um rio. O mesmo que arroio, riacho ou ribeirão.

COSTA – linha do litoral da superfície continental que sofre as ações marinhas.

COXILHA – relevo de topografia suave, de forma arredondada coberta por uma vegetação herbácea comum as áreas de planície, presentes no Rio Grande do Sul formando a região da campanha.

CUESTA – forma de relevo irregular que possui um lado escarpado e outro com suave declive, resultado de diferentes resistências ao processo erosivo. Seu front (frente) é muitas vezes confundido como uma serra.

DELTA – formato da foz de um rio ao desaguar no mar que se abre em numerosos braços ou canais, formando variadas ilhas devido ao acúmulo de sedimentos.

DEPRESSÃO – uma das bases do relevo brasileiro, que se caracteriza como uma área rebaixada, aplainada, com inclinações suaves e altitudes variando entre 100 e 500 m, onde o processo erosivo supera o de sedimentação. Pode ser dividida entre *depressão relativa* – área mais baixa do que o relevo a sua volta – e *depressão absoluta* – área continental que se encontra abaixo do nível do mar, ou seja, zero metro. O termo também é utilizado na meteorologia para designar um centro de baixa pressão atmosférica.

ENCOSTA – lado ou declive de uma serra, colina ou morro. Vertente de uma montanha.

ENSEADA – reentrância da costa ou do litoral de forma circular e de proporção menor do que uma baía, onde o mar avança sobre o continente. Sua entrada é delimitada por dois cabos ou promontórios.

ESCARPA – declive acentuado do relevo que normalmente aparece nas bordas de planaltos ou de uma serra. Denominado também de encosta ou vertente.

ESTEIRO – canal pequeno e pouco profundo que se enche e alaga com a maré alta, normalmente está localizado em deltas e lagoas costeiras.

ESTREITO – porções de água, em forma de um canal natural que separam os continentes ou porções da superfície terrestre; normalmente são de pequena extensão, mas de grande importância geopolítica. Pode ser identificado também como a parte de rio com menor distância entre suas margens. Sinônimo de desfiladeiro ou garganta.

ESTUÁRIO – foz de um rio que deságua diretamente sobre o mar. Difere da foz em delta por apresentar uma única saída.

FALÉSIAS – paredões abruptos ou escarpados resultantes do impacto das ondas do mar diretamente contra as formações rochosas cristalinas ou sedimentares do continente.

FIORDE – reentrâncias do continente, formadas por corredores profundos, estreitos e sinuosos, erodidos pela erosão glacial, rebaixados e invadidos pela água do mar, que fazem parte do relevo litorâneo de alguns países.

FOZ – local onde um rio deságua, seja no mar, num lago ou em outro rio. É denominado também de desembocadura. Pode ser de dois tipos: delta ou estuário.

FURO – denominação amazônica para a passagem das águas de um rio para outro rio ou lago. Normalmente ocorre em áreas de planície ou bacia sedimentar. Sinônimo de canal.

GAMBOA – pequeno canal que se enche com o fluxo da maré alta e seca na sua vazante. Também é um termo designado para um pequeno lago artificial próximo ao mar que retém peixes pequenos quando a maré está baixa. Além disso, define também uma parte do leito de um rio onde as águas são tranquilas (remanso).

GELEIRA – grande massa de gelo composta por espessas camadas de neve, com características próprias, que se movimentam provocando processos erosivos das rochas e se localizam nas regiões polares ou em grandes altitudes. É o mesmo que glaciar.

GOLFO – grandes reentrâncias na costa continental feita pelo mar, cuja entrada costuma ser bastante larga delimitada por duas penínsulas ou cabos e geralmente de forma circular, sendo maior que uma baía. Em seu interior podem ocorrer baías e enseadas.

ILHA – porção de terra cercada por água de todos os lados.

INSELBERGUE – denominação regional comum no nordeste brasileiro para as saliências do relevo que aparecem de forma isolada, resultantes de erosão diferencial e são comuns em áreas semiáridas.

ÍSTIMO - porção estreita de terra entre dois mares ou oceanos que ligam dois continentes, ou uma península a um continente.

IGARAPÉ – braço estreito de um curso d'água, comum na região amazônica, que é pouco profundo e delimitado pela densa vegetação local.

LAGO – corpo d'água natural, de água doce ou salgada, de origens diversas sem comunicação direta com o mar, que podem ser de grande extensão. Formam-se em terrenos rebaixados e podem ser abastecidos por algum curso d'água ou apresentar um curso emissário que escoam suas águas.

LAGOA – porção de água doce ou salgada, tendendo a ser circular e de pouca profundidade, localizadas nas bordas do litoral e podem apresentar algum contato com o mar, através de um canal, sendo normalmente menores do que os lagos.

LAGUNA – corpo d'água salgada ou salobra existente próxima ao litoral, relativamente rasa, separada do mar por uma faixa de terra.

MATAÇÃO – blocos rochosos, de forma arredondada que aparecem isolados ou em grupo nas superfícies de regiões graníticas de climas quentes e úmidos. O mesmo que *boulder*.

MONTANHA – elevações mais altas do relevo, resultantes dos movimentos orogênicos, de origem geológica mais recente e com altitudes superiores a mais de 3000 mil metros e declives acentuados. Um conjunto de montanhas formam uma cordilheira.

MONTE – Elevação do terreno que se ergue em relação ao relevo que o margeia, sendo mais alto que um morro, porém, sem altimetria definida.

MORRO – pequena elevação rochosa do relevo, aparentemente de forma arredondada, variando entre 100 e 200 m e menor que um monte.

OUTEIRO – o termo representa um pequeno morro com altitudes variando entre 50 e 100 m. O mesmo que colina.

PARANÁ – Temo amazônico que designa um furo ou um braço de um rio separado por um conjunto de ilhas. Também é identificado como um canal que separa dois cursos d'água.

PENEDO – nome regional dado aos penhascos ou pontões, quando uma rocha nua aflora nas encostas, no alto de um morro ou próximo aos mares. Também é denominado de penha. Uma região cheia de penedos constitui uma penedia.

PENHA – massa de rocha proeminente e isolada que aparece em penhasco ou no dorso de uma serra.

PENÍNSULA – relevo litorâneo que se caracteriza por um conjunto de terra elevada, unida a um continente ou ilha e cercada de água por quase todos os lados, podendo ser pequena ou de grandes dimensões.

PICO – Parte mais proeminente de uma serra ou montanha que se apresenta de forma pontiaguda, podendo ser identificado como o ponto culminante do local onde ele ocorre.

PINÁCULO – formas do relevo em pontões alongados e dispostos verticalmente.

PLANALTO – forma aplainada do relevo, com altitudes variadas, delimitado por escarpas e onde o processo erosivo predomina sobre o de sedimentação. Pode apresentar na sua superfície irregularidades como: serras, chapadas e vales.

PLANÍCIE – de origem sedimentar é uma forma suavizada do relevo que se caracteriza por ser plana ou suavemente ondulada, normalmente com altitude até 200 m e com predomínio de sedimentação sobre a erosão.

PROMONTÓRIO – forma saliente de um cabo com afloramentos rochosos escarpados que se projeta sobre o mar.

PONTA – ponto mais extremo de um cabo ou península.

PONTAL – faixa de terra e seixos, de baixa altura, longa e estreita que avança sobre o mar. Nomeia também certas áreas da superfície, de formato triangular e delimitada por dois rios que se convergem.

QUEDA D'ÁGUA – degrau existente ao longo do leito de um rio que provoca a formação de saltos, cachoeira, cascata, catarata ou corredeira.

RAVINAS – sulcos ou incisões no solo provocado pelo trabalho erosivo das águas de chuva e que podem se transformar em uma voçoroca.

RECIFES – formações litorâneas em forma de rochedos situados próximos à costa, submersos ou acima do nível do mar de características areníticas ou coralíneas.

RESTINGA – cordões ou faixas arenosas que se formam na costa litorânea devido ao movimento constante de transporte de sedimentos pela água do mar, confinando antigas baías.

RIA – reentrância na linha da costa onde os vales fluviais são invadidos pela água do mar.

RIACHO – o mesmo que córrego.

RIO – curso d'água natural que nasce nas partes mais elevadas do relevo (montante) e segue um determinado percurso ou direção (jusante). É o elemento mais importante de uma bacia hidrográfica.

RIBEIRÃO – o mesmo que córrego.

SALTO – Queda que sofrem as águas de um rio devido a mudanças bruscas no perfil longitudinal de seu leito. Está associado a cachoeira, cascata, catarata, corredeira e queda d'água.

SERRA – de linguagem muito ampla e imprecisa, representa as elevações do terreno de forma mais abrupta e com fortes desníveis que podem estar ligadas entre si e que exibem uma altitude mais baixa que uma montanha. Podem ser chamadas também de montanhas antigas.

SERROTE – pequeno morro ou monte.

TOMBOLO – cordão arenoso que aparece na maré baixa ligando uma ilha ao continente, ou a outra ilha.

VALE – corredor longitudinal modelado por um rio ou por movimentos tectônicos e limitado por duas vertentes. Pode-se apresentar transversalmente em forma de um “V” ou em “U”.

VÁRZEA – terreno baixo ou plano, normalmente alagadiço, localizado às margens de um rio, córrego ou lago. Área ideal para o uso agrícola sendo também denominada de vargem.

VERTENTE – um declive de um relevo ou serra. O mesmo que encosta, servindo também como limite de um vale.

VOÇOROCA – erosão profunda das camadas dos solos, resultante do trabalho das águas de chuva podendo atingir o lençol freático. Em seu trabalho inicial erosivo é denominado de ravina. Também é apelidada de boçoroca.

Todos esses acidentes geográficos, de uma maneira ou outra, são representados de forma diferenciada e se constituem pelos mais variados tipos de rochas que são trabalhados de forma epirogênica ou orogênicas, constituindo assim, as partes de um conjunto maior que é a própria crosta terrestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos referenciais utilizados, não se observou uma diferenciação didática entre os acidentes que são de caráter unicamente geográfico (serra ou monte, por exemplo) e os acidentes aqui denominados de hídricos (rios ou cascatas, por exemplo). Assim, ao abordar os conceitos de acidentes geográficos, os mesmos são descritos como se estruturam do ponto de vista de sua formação geológica, entretanto, crê-se que ao abordar alguns conceitos relacionados aos recursos hídricos, tem-se a convicção da importância desses fenômenos como parte da paisagem do espaço terrestre e, portanto, se julgam convenientes suas presenças descritas nesse artigo.

A terminologia acidentes geográficos é bastante empregada como referência na maioria dos dicionários, fazendo, portanto, parte de um conceito ainda hoje amplamente utilizado por geógrafos e geólogos de maneira em geral. Entretanto, esse fato não é visível nos livros didáticos consultados, o que permite afirmar que essa terminologia não se faz presente nos livros abordados, sendo que apenas um livro tratou desses fenômenos denominando-os como “outras formas do relevo”. Isso pode levar a uma análise conclusiva que esse termo está em desuso ou olvidado pelos autores dos livros

didáticos, por ser pouco representativo no amplo aspecto geológico-geomorfológico do conteúdo abordado em sala de aula.

Ao abordar os acidentes geográficos, o intuito é contribuir de alguma maneira na facilitação e uso dos atlas geográficos, levando os alunos a identificarem conceitualmente qualquer acidente geográfico e conseqüentemente sua posição na paisagem, sendo, portanto, uma pequena contribuição ao ensino da Geografia.

Após as análises apresentadas, compreende-se que o termo “acidente geográfico”, trata-se de uma variação denominada forma do relevo, um termo mais atual e amplamente usado pela comunidade geográfica. Desta forma, responde-se à pergunta inicial do título do presente artigo.

A terminologia “acidentes geográficos” não é um tema focado diretamente nas provas de Geografia de alguns exames avaliativos, entretanto, cabe ressaltar, como bem assevera a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), que se trata de uma forma de “estruturar e organizar o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas” e que podem ser trabalhadas como referências no espaço ou marcadores de fronteiras e territórios.

Como um fenômeno da Geografia os acidentes geográficos podem ser estudados, de acordo com a BNCC, como uma competência específica da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas pelo número 3, que procura compreender as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, garantindo assim, a possibilidade dessa temática ser abordada em sala de aula.

Ao analisar e identificar os principais conceitos que envolvem as formas dos acidentes geográficos no relevo brasileiro crê-se que foi disponibilizado aos alunos e professores um auxílio no processo de ensino e aprendizagem da ciência geográfica.

Convencer os alunos para conhecer e diferenciar os acidentes geográficos ainda não é uma tarefa fácil para os professores que estão atuando no ensino médio brasileiro, desta forma, buscou-se demonstrar os principais tópicos relacionados ao tema de maneira a instigá-los a compreenderem melhor esses conceitos.

Conclui-se que ao abordar a questão dos acidentes geográficos, não é uma questão de retomar a dualidade entre a Geografia física e a humana, mas sim uma maneira de valorizar as formas de relevo que estão presentes nas paisagens de todos os envolvidos e que fazem parte de suas realidades diárias. Por fim, pode-se afirmar que os acidentes geográficos são os principais elementos que configuram as partes mais importantes da paisagem e por conseqüência, se tornam fundamentais no estudo dos conceitos da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. J. **História da terra**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.
- AZEVEDO, A. **Geografia física para o primeiro ano colegial**. 25ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957.
- BATOUXAS, M.; VIEGAS, J. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Edições Sílabo, 1998.
- BRASIL, MEC. **Base Nacional Curricular Comum - Ensino Médio**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_em_baixa_site_110518.pdf. Acesso em 17 de abril de 2020.
- CHRISTOPHERSON, R. W. **Geossistemas: uma introdução à Geografia física**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

- COLANGELO, A. C. Geografia física, pesquisa e ciência geográfica. **GEOUSP – espaço e tempo**. v. 8, n. 2 p.09-16, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/73952>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- EDITORA GLOBO. **Dicionário geográfico brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.
- GIOVANNETTI, G.; LACERDA, M. **Dicionário de Geografia: termos, expressões e conceitos**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.
- GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.
- GUERRA, A. J. T. **Dicionário Geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- LEINZ, V. **Geologia Geral**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- MACHADO, R.; SIGOLO, J. B. **Ciências da terra, módulo 2: origem e formação de minerais, rocha e solos**. São Paulo: IBEP, 2019.
- MEDEIROS, M. R. *et al.* **Dicionário de Geografia**. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.
- MENEZES, S. O. **Rochas: manual fácil de estudo e classificação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- MORAES, P. R. **Geografia geral e do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Harbra, 2011.
- MOREIRA, J. C.; SENE, E. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2017.
- PENA, Rodolfo F. Alves. **Acidentes Geográficos**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/acidentes-geograficos.htm>. Acesso em 30 de março de 2020.
- PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- PESSOA, R. B. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- PETTERSEN, J.; SACK, D., GABLER, R. **Fundamentos de Geografia física**. São Paulo: CENCAGE Learnig, 2014.
- POPP, J. H. **Geologia geral**. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- SALLES, I. H. F. **Conceitos de Geografia física**. 2ª ed. São Paulo: Ícone, 1997.
- SILVA, E. A.; FURQUIM JUNIOR, L. **Geografia em rede, 1º ano**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016.
- TEIXEIRA, W. *et. al.* **Decifrando a terra**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- TORRES, F. T. P. T.; MARQUES NETO, R.; MENEZES, S. O. **Introdução à Geomorfologia**. São Paulo: CENCAGE Learning, 2012.
- TORRES, J. C. O. **O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Reflexões sobre a Geografia física no Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.
- ZANATTA, B. A. **As referências teóricas da geografia escolar e sua presença na investigação sobre as práticas de ensino**. Educativa. Goiânia, v. 13, n. 2, p. 285-305, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1419>. Acesso em: 21 abr. 2021.